

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE DO RECIFE-PE

Danuza Pereira de Moraes

Resumo

Este artigo busca analisar as reconfigurações socioespaciais ocorridas na cidade do Recife, mais especificamente no bairro do Pina a partir das ações advindas do Projeto Via Mangue, proposto pela Prefeitura da Cidade do Recife, onde através de discursos e práticas que enaltecem “modernidade”, trazem no seio de sua origem influências do chamado empreendedorismo urbano. Logo, compreendendo que a cidade encontra-se numa perspectiva de “venda”, na *city marketing*. Assim, este artigo recairá sobre as intervenções e gestões direcionadas à cidade, a partir de um ordenamento territorial que objetiva ampliar o espaço de acúmulo e reprodução do capital, revelando processos de *fragmentação e integração espacial*. Tais processos por sua vez, mostram-se ilegítimos espacialmente, por não levar em conta os modos de vida das populações que vivenciam o bairro, que, por sua vez, são contrárias as práticas que ostentam a cidade como mercadoria. Assim, tem-se como objetivo elucidar as repercussões dessas intervenções, admitindo que dentro dos pressupostos da *city marketing* há *fragmentações espaciais* que, dando ênfase, como já exposto, as ações da Via Mangue, são *ilegítimas*. Logo, a ênfase desse estudo, embasada nas observações e reflexões direcionadas à cidade, tem como intuito compreender as racionalidades dos atores sociais produtores do espaço urbano e as alterações no papel do Estado em favor dos princípios que regem a “cidade como empresa”. À luz dessas reflexões norteadas como fragmentada, há evidências ainda de seu caráter articulador/conciliador entre interesses que a direcionam ao marketing urbano. Portanto, a problemática desse estudo se pauta em compreender e analisar como os preceitos do empresariamento urbano, caracterizado pela parceria público-privada, tem como objetivo político e econômico imediato na cidade do Recife, muito mais o investimento em empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que as melhorias socioambientais da urbe.

Palavras-chave: Projeto Via Mangue; *city marketing*; Fragmentação Espacial; Legitimidade

Introdução

As reconfigurações socioespaciais ocorridas na cidade do Recife-PE, a partir das intervenções urbanísticas que pressupõe o melhoramento da mobilidade urbana e crescimento econômico, demonstram, no seio de seus discursos e práticas, concepções que objetivam “modernizar” a cidade, e assim torná-la uma apta concorrente intercidades. De tal maneira, elege-se espaços da cidade como centralidades, transformando-os em áreas de investimento público e privado. Essa destreza, do chamado empreendedorismo urbano, cujo modelo está cada vez mais comumente encontrado nas cidades, vem dando origem a uma fértil literatura acadêmica.

Logo, a ênfase desse estudo, embasada nas observações e reflexões direcionadas à cidade, tem como intuito compreender as racionalidades dos atores sociais produtores do espaço urbano e as alterações no papel do Estado em favor dos princípios que regem a “cidade como empresa”. Onde, é importante ressaltar como fator preocupante, a fragilidade da urbanidade recifense, que inserida nesse padrão de economia globalizada agrava seus riscos sociais, ambientais, culturais e políticos, revelando deste modo, processos de *fragmentação* e, simultaneamente, de *integração espacial* (LACERDA, 2011). Essas fragmentações, ou,

esta divisão da cidade em partes (*fragmentos*), podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o *grau de integração* de cada uma das partes com as demais e, até mesmo, com as de outras cidades do país e do exterior. (LACERDA, 2012, p.2)

Destarte, à luz das reflexões que norteiam a urbe como fragmentada, evidenciando ainda seu caráter articulador/conciliador entre interesses que a direcionam ao marketing urbano, elegeu-se empiricamente, as intervenções urbanísticas causadas a partir das ações da Via Mangue, da prefeitura da cidade do Recife, mais especificamente no bairro do Pina.

A Via Mangue é um projeto (já em andamento) que visa à construção de vias para a melhoria do trânsito na zona sul recifense, possibilitando o acesso a ruas existentes para o atendimento dos bairros do Pina e Boa Viagem que, não por acaso, são alvos de uma densa especulação imobiliária, tendo ainda como intuito a implementação de condomínios residenciais e *shopping centers*. Prontamente, a partir do discurso que exalta a “modernidade” e comprometimentos socioambientais (com melhoramentos habitacionais e revitalização dos manguezais) a Via Mangue ressalta, na prática, a articulação entre o poder público e os empreendimentos privados. Não tendo como suporte matriz, ações direcionadas à crise habitacional e de mobilidade recifense.

Diante dessas reconfigurações, no bairro do Pina, com a edificação de vias que privilegiam o consumo automotor e beneficiam construções direcionadas a uma “classe consumista específica” (a exemplo do shopping Rio Mar), abalando os modos de vida da população do bairro e não abrangendo a importância de construções de espaços públicos vinculados a cultura e ao lazer, acredita-se ser de extrema relevância cogitar sobre a *legitimidade* da Via Mangue. Pois, acredita-se que partir da redefinição impositiva da Via Mangue e, por conseguinte do *Shopping Rio Mar*, nas práticas sociais até então vivenciadas

no eixo do bairro do Pina¹ e que “alteram radicalmente a tipologia edilícia principal, interferindo, por vezes brutalmente, na estrutura espacial desses ambientes” (LACERDA, LEITÃO, QUEIROZ, 2010, p.2) a Via Mangue torna-se *espacialmente ilegítima*. Dessa observação, acredita-se que a cidade está se “reinventando” para o mercado, para a venda, pois, como afirma Sanchez:

Repensadas e relidas pela lógica da forma-mercadoria, as cidades têm sido pensadas e produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente através da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços. Competitividade, “empresariamento”, planejamento estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos. (SANCHEZ, 2004, p.41)

Portanto, a problemática desse estudo se pauta em compreender e analisar como os preceitos do empresariamento urbano, caracterizado pela parceria público-privada, tem como objetivo político e econômico imediato na cidade do Recife, muito mais o investimento em empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que as melhorias socioambientais da urbe. Partindo dessa premissa, o texto que se segue fará abordagens com o intuito de elucidar as repercussões dessas intervenções, admitindo que dentro dos pressupostos da *city marketing* há *fragmentações espaciais* que, dando ênfase, como já exposto, as ações da Via Mangue, são *ilegítimas*.

Repercussões das Intervenções Público-Privadas na Cidade do Recife e sua Ilegitimidade Espacial

Da observação da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao espaço construído, o imobilizado nas construções, e o segundo ao movimento da vida. (Ana Fani Alessandri Carlos)

Seguindo o raciocínio da epígrafe acima, e, tentando apreender os sentidos da cidade nas relações que se dão por traz de seu “espaço imóvel”, busca-se alcançar ponderações sobre o processo desigual assentado no dinamismo urbano recifense, refletindo sobre as

¹ O eixo citado designa-se pelas comunidades Beira Rio e Jardim Beira Rio, ambas situavam-se na porta de entrada do bairro do Pina, que por ora, também foi eleita por ser a porta de entrada das ações da Via Mangue e das iniciativas privadas do Grupo JCPM, com a construção do shopping Rio Mar. Assim, tais comunidades foram realocadas para conjuntos habitacionais.

contradições da utilização do solo e entendendo o Estado como um articulador/conciliador dos interesses da população e do capital empreendedor.

Assim, vê-se que nas ações tomadas pelo Estado a fim de gerenciar as divergências existentes entre as suas obrigações com a infraestrutura e serviços básicos direcionados a urbe, e a promoção de empreendimentos privados de alto valor lucrativo, há, como afirma Harvey (1993, p.49), um direcionamento do *gerenciamento* para o *empresariamento* das gestões governamentais à administração urbana. Pois, reconhecidos como modelos a serem seguidos - devido ao relativo “sucesso” de outras cidades - tem-se uma agenda a ser cumprida que, por sua vez, desconsidera conjunturas distintas de identidades, singularidades culturais e socioespaciais, em detrimento dos “projetos de modernização”.

Contudo, para Harvey, há controvérsias em relação ao “sucesso” na mudança do gerenciamento ao empresariamento, sendo oportuno revisitar o consenso de que os “benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 1996). Pois, prossegue o autor:

O novo empresariamento urbano se caracteriza, principalmente pela parceria público-privada tendo com objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que as melhorias das condições em um âmbito específico (HARVEY, 1996, p.53).

Diante da consciência dessa abordagem, onde os projetos de desenvolvimento urbano vêm sendo apresentados de maneira “estratégica”, e “como resposta para o enfrentamento da crise fiscal por que passam as cidades, do progressivo incremento das desigualdades socioespaciais nela presentes e em função do atual padrão de desenvolvimento (seletivo e excludente)” (SANCHÉZ, 2004, p. 41). A análise que aqui se almeja dará ênfase às intervenções urbanísticas na cidade do Recife, e de como estas se vinculam formas de gestão, que ampliadas pelos paradigmas do empresariamento urbano, privilegiam construções viárias e imobiliárias especulativas que conseqüentemente, transformam localidades. Isto reforça o questionamento: tais repercussões são legítimas?

Para responder tais indagações, no que diz respeito à Legitimidade Espacial, se tem como suporte os estudos de LACERDA, LEITÃO E QUEIROZ (2000). Porém, julga-se oportuno revisitar brevemente a trajetória urbanística da zona sul recifense, com ênfase aos bairros do Pina e Boa Viagem, para assim, melhor compreender suas dinâmicas atuais.

Portanto, nos estudos voltados ao curso de crescimento urbano do Pina, observa-se como cunho de urgência, as inúmeras ações que objetivavam aterrar os alagados. Esses aterros foram feitos tanto por iniciativas estatais - surgindo como medida emergencial dos administradores públicos do século XIX os investimentos em aterros na área, fazendo com que áreas alagadas passassem a ser formadas por terra firme - quanto da própria população dos mocambos², com o objetivo de expandir-se. Com o passar dos anos outras medidas públicas urbanísticas foram se desenvolvendo. Assim, a trajetória de intervenções urbanas continuadas na segunda metade do século XX em diante, trouxeram repercussões que modificariam socialmente e ambientalmente a zona litorânea do sul da cidade.

Uma das decisões governamentais que causara tais alterações ocorreu com o advento da Estação de Tratamento de Esgotos do Cabanga, no ano de 1915, que tinha como objetivo despejar “seus efluentes em alto mar através de largos tubos que passavam pelo estuário como se fosse ponte” (BEZERRA, 2000, p.112). Esse empreendimento público era:

percebido como fundamental para o crescimento e dinamismo urbano do Recife. (...) Por suas terras, após cruzarem o Capibaribe fazendo às vezes de ponte para os trabalhadores da reforma do porto, [início do século XX] passariam os dois grossos canos metálicos do saneamento público urbano. Seguiriam para além da cinta de pedra dos arrecifes, onde os efluentes coletados pela rede seriam lançados *in natura*, nas águas do mar (ARAÚJO, 2007, p. 445)

Entretanto, a grande responsável pelo impulso de expansão da cidade à zona sul, foi a construção da ponte do Pina (atual ponte governador Paulo Guerra). Tal empreendimento foi realizado durante o governo de Sérgio Loreto (1921-1930), e edificada sobre a tubulação da Estação de Tratamento de Esgotos Cabanga. A implantação de tal obra respondeu ao grande fluxo de circulação viária que a costa oceânica, ponto de atração da moda dos banhos de mar, demandava, o bairro de Boa Viagem. De acordo com Onilda Bezerra:

[...] foi no final desse século [XIX] que se deu início a moda os “banhos salgados” pois, até então o costume era o banho de rio. Os banhos públicos no rio Capibaribe ou nas “casas de hidroterapia”, bem como o uso dos solares à beira-rio predominavam. Naquela época, as praias não eram tão valorizadas quanto hoje, pois ainda não se tinha o costume dos banhos de mar e de sol na areia das praias. (BEZERRA, 2000, p.113)

² Palavra de origem angolana que, localmente, designa ao mesmo tempo o barraco e os conjuntos formados pelo tipo de casa de barro e telhado de palha. De acordo com o geógrafo Jan Bitoun (2000) o censo realizado em 1913, revela que metade da população recifense tinha suas habitações nos alagados do estuário da cidade, em “mocambos”.

Correspondendo ainda aos cursos de sua expansão, Boa Viagem, na década de 1920, inaugurou a Avenida Beira Mar (atual Avenida Boa Viagem), além de obras de melhoramento de transportes (asfalto e trilhos de bondes) e iluminação elétrica, aumentando ainda mais a demanda de grandes empreendimentos e construções residenciais direcionadas à classe média e alta.

Logo, com a alta valorização dos terrenos situados a beira mar, a população pobre “fincou” suas residências em locais afastados da praia, assim, as áreas ribeirinhas e os manguezais do Pina, “desde o ano de 1928, passaram a ser ocupadas por conglomerados de populações de baixa renda, ocupando desde as margens desses rios até os limites da então hoje avenida Conselheiro Aguiar” (BEZERRA, 2000, p.118).

Esta grande área alagada, que interessava apenas à população dos mocambos, ficou muito tempo:

sem interesse comercial ou industrial para a classe privilegiada. Sòmente muito depois, quando a cidade se foi desenvolvendo e a área sólida diminuindo, é que ela lançou os seus olhos gulosos sòbre a lama dos mangues. Começou então a expulsar os caranguejos, os siris e os mocambeiros, sem maiores preocupações que a de aumentar os seus haveres. Enquanto isso não ocorreu, as famílias mais miseráveis, mais incultas, foram se arrumando nêle. Arrumação desordenada, livre, cujo chão lhes era disputado ou desejado por pessoas socialmente mais fortes. (CAVALCANTI, 1965, p.34)

Deste modo, observa-se que as intervenções urbanas, públicas ou privadas, na cidade, tiveram um direcionamento aos interesses das classes mais abastadas, que a partir dos anos de 1930 e 1940 buscaram desfrutar da agradabilidade da faixa litorânea. Tais intervenções trouxeram no “discurso do moderno”, promovido pelos governos como sinônimo de progresso, o arcabouço teórico para justificar ações de repúdio ao provinciano, ao atrasado, ao “feio”. Partindo desse discurso, muito do patrimônio histórico arquitetônico da cidade foi substituído por largas avenidas, a exemplo da Avenida Guararapes no centro recifense.

No bairro de Boa Viagem, “os mecanismos modernistas” ocasionaram na expulsão de quem não poderia usufruir de tais equipamentos, transformando-o portanto, no “bairro mais dinâmico e valorizado da cidade, procurado por uma seleta camada da sociedade recifense e atraindo para si grandes investimentos imobiliários, apesar de ainda não possuir infraestrutura básica adequada” (BEZERRA, 2000, p.124).

Assim, nota-se que os empreendimentos e a especulação imobiliária da orla marítima tiveram seus interesses bem delimitados por barreiras geofísicas e socioeconômicas. Onde,

na década de 1940, podia-se verificar com facilidade as fronteiras entre o bairro de Boa Viagem e do Pina, o primeiro, advindo do discurso modernista vinculado a empreendimentos públicos e particulares, o segundo herdeiro da população dos mocambos, sendo coadjuvante de todo o cenário de desenvolvimento urbano da cidade e mais especificadamente das intervenções urbanas direcionadas ao bairro de Boa Viagem, como já exposto anteriormente.

Contemporaneamente, percebe-se que tal incompatibilidade trouxe repercussões ao que concerne à paisagem urbana da cidade: “edifícios de beleza arquitetônica passaram a conflitar com ocupações formadas sobre palafitas e em terrenos sujeitos a alagamentos” (JÚNIOR, 2001, p.35). Na figura abaixo, podemos ver a dicotomia na utilização do solo recifense. Essa fotografia foi registrada em meados de 2011. Hoje, tal cenário já está bem modificado, as palafitas foram realocadas (a partir das ações da Via Mangue) para conjuntos habitacionais e o *Shopping Rio Mar* já está concluído e em funcionamento.



O Shopping Rio Mar e a Comunidade de Palafitas Bacardi ou Beira Rio Fonte: Acervo da autora, 2011

Ainda na observação da cidade, retratada na imagem acima, consegue-se apreender inúmeras significações. A primeira delas é a localização dessa comunidade de palafitas, ela está situada exatamente onde o empreendimento privado impôs seu interesse, que, por outro lado também está na porta de entrada da Via Mangue, ou seja, na construção da alça na Ponte Governador Paulo Guerra. Esse empreendimento de posse do Grupo JCPM, veiculou propagandas midiáticas com visões majoritariamente positivas do Projeto Via Mangue, onde, obviamente, tal tratamento se deu pela dependência da conclusão de tal obra para benesse do acesso automotor ao *shopping* (ressalta-se que o grupo JCPM é proprietário do *shopping* Rio Mar bem como do Jornal do Commercio).

Outra análise que sobressai da imagem diz respeito à crise habitacional recifense, que, como já exposto, foi agravada com o crescimento da cidade, e que, por outro lado, sempre foi tratada de forma a afastar essa “população indesejada” da cidade, com políticas de cunho higienista, a exemplo da famosa Liga Social Contra os Mocambos, liderada pelo governo do interventor Agamenon Magalhães, que objetivava, assim como sua denominação indica, exterminar com os mocambos da cidade se pautando no discurso modernista que visava enquadrar a paisagem recifense a exemplos externos, a uma forçosa europeização. De acordo com Daniel Uchoa Cavalcanti, em seu livro *Alagados, Mocambos e Mocambeiros* (1965) as intervenções urbanas de realocação de comunidades pobres, sempre realizam os anseios da “sociedade narcisista” que há muito deseja uma intervenção mais contundente do Estado, pois, para esses, as casas em alagados, antes mocambos, hoje palafitas:

afetam nos contatos superficiais, primeiramente a visão. É um aspecto puramente paisagístico. Depois, surge a comparação com as áreas urbanas e mais agradáveis. Transforma-se então num problema de estética e, logo em seguida numa sensação de constrangimento (CAVALCANTI, 1965, p.44).

Logo, observamos que o processo de urbanização da cidade do Recife sempre esteve vinculado à permanência de espaços de desigualdade social, onde, “a produção de um espaço em função dos objetivos do capital e não dos da maioria da população, geram conflitos entre entendimentos diversos sobre o que é e o que deveria ser a cidade” (CARLOS, 1994, p.183). Assim, ainda pensando nas incongruências de uso do solo na cidade do Recife, Helenilda Cavalcanti ressalta que o Estado,

como fiador da acumulação do capital, não pode permitir um desafio frontal à posse privada da terra. Por sua vez, como legítimo mediador da ordem social, ele tem de atender às dificuldades da população, impossibilitada de sustentar o ônus de comprar ou alugar moradias nas terras supervalorizadas da cidade. (CAVALCANTI, 2008, p.38)

Além do mais, outra observação se sobressai, nota-se que essa população desenvolveu seus próprios meios de habitação, construindo seu próprio chão nos terrenos alagados, nos terrenos de maré, como diz uma moradora antiga do bairro do Pina, Dona Severina: “a gente fazia o aterro com a lama da própria maré, ia colocando lama dentro de uma caixa de madeira, até aquilo ficar duro e virar chão”. Assim, justifica-se no âmbito dos estudos sobre a expansão urbana recifense o direcionamento forçoso a relacionar esta, a crise habitacional da cidade, e a construção da “Mucambópolis” (MELO, 1940) que acabou por se tornar um dos marcos da identidade cultural do Recife. Identidade muitas vezes renegada e tida, nos “discursos modernos” de intervenção urbana, como um espaço que necessitava se “higienizar”.

Para melhor compreender tal identidade, recorreremos aos estudos de Bitoun (1993), este ressalta que Recife é “mosaico confuso da fusão de várias expressões culturais”, composta de diversas identidades que nasceram “[...] dos armazéns e dos comerciantes, das Casas Grandes e dos senhores de engenho, dos conventos e do clero, dos mocambos e dos seus moradores” (BITOUN, 1993, p. 54). Esses elementos irão marcar significativamente a identidade cultural da cidade. E, assim marcar outros recantos da unidade urbana, a exemplo do bairro do Pina, onde encontram-se comunidades de palafitas.

Assim, rememorando a interpretação da sociedade recifense como “sociedade narcisista”, onde o feio e o pobre devem ser extirpados ou diluídos da paisagem da cidade, observa-se que a outrora identidade mocambeira e hoje dos “homens das palafitas” são tidas como identidades marginalizadas, que não deveriam existir e que não são tidas como parte da história e dos valores dessa cidade. Para LACERDA, LEITÃO E QUEIROZ (2000):

Cada localidade da cidade, com sua respectiva comunidade, tem, pois, a necessidade de guardar e narrar a sua própria história. Essa necessidade será tão mais presente quanto maior for a capacidade de as estruturas urbanas revelarem essa história. (p.112)

Entretanto, é oportuno ressaltar que não exaltamos essa identidade, com saudosismo ao “Homem Caranguejo” (CASTRO, 2007), pois essa identidade trás consigo o retrato do descaso político frente aos fatores socioambientais da cidade, já que o rio e o mangue já não suportam tamanha descarga de esgotos e sedimentos sólidos, porém, sem outros meios de renda populações do mangue ainda buscam recursos alimentares dele. Nessa reflexão dialética entre os fatores que elevam a cidadania (e que a população das palafitas não são contempladas) e a cultura da comunidade extremamente vinculada a “maré”, lembramos de Santos (2007), quando este afirma que:

A cultura, forma de comunicação do individuo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (*Idem*, p.81)

Portanto, a partir dos preceitos aqui elucidados que dizem respeito às repercussões urbanísticas na cidade do Recife, e do desrespeito às populações desprivilegiadas - onde os processos de realocações desconsideram as atividades da população, e as identidades extremamente vinculadas a dinâmica urbana do bairro - retoma-se a análise do que é legítimo para a cidade, apelando para a crença em algo que é considerado eficaz. Logo, admite-se ilegitimidade das intervenções urbanas, mesmo que estas estejam, a exemplo da

Via Mangue, baseadas em processos legais (dominação legal), mas, que desconhecendo “as tradições e os costumes manifestos no ambiente construído, vão de encontro a um dos princípios do processo real de legitimação (dominação tradicional), desorganizando os fundamentos das práticas sociais” (LACERDA, LEITÃO, QUEIROZ, 2000, p.114). Assim, concorda-se que as ações que se contrapõe às “rugosidades praticadas”, e que por sua vez, causam rupturas no caráter das identidades territoriais e nos modos de vida das populações, são ilegítimas. Pois, ainda com “ações que se queiram legítimas em relação ao espaço urbano pressupõem um processo que reconheça esse laço biunívoco entre a estrutura espacial e a prática social, cujo agir se realiza mediante o respaldo do valor da convivência social” (*Idem*, p.114).

No tópico subsequente, buscaremos elucidar, como a partir dessas práticas da city marketing a cidade do Recife se torna cada vez mais fragmentada.

Recife: Cidade Mercado, Cidade Fragmentada

Quando as reflexões se voltaram para construção desse tópico, refazendo a análise do direcionamento da Via Mangue aos interesses de classes privilegiadas específicas, numa nítida expressão da construção da cidade para quem pode “comprar a cidade”, considerando e acreditando na adequação da afirmativa acima - a base teórica de David Harvey (1996), pois, como dito anteriormente, este diz que há um desvirtuamento da gestão pública do gerenciamento para o empresariamento da urbe. Credita-se a cidade do Recife como “um mercado” construído pela intervenção urbana que legitima uma ordem elitista e excludente. Fundando, contudo, num discurso da cidadania vinculada ao mercado. Para tanto, a cidade:

Consagra-se como uma grande mercadoria, produto de *marketing* e de instrumentalização de uma capital que se pretende global. Para ser cidadão nessa cidade, é preciso estar apto a consumir ou preparado para se tornar cliente. Nesse modelo de cidadania, não há espaço para reconhecimento, ou mesmo incorporação do “outro”, aquele que está fora ou se opõe politicamente de forma organizada. (OLIVEIRA, 2007, p.195)

Deste modo, admite-se que as práticas da boa governança na cidade traz no cunho neoliberal a parceira com o setor privado, refletindo de tal modo, no modelo de empreendedorismo urbano. Portanto, de acordo Leal (2011), essas práticas reconfiguram a cidade, dentro dos preceitos de uma, governança que tem implicado na presença dos

interesses econômicos dentro do aparelho do Estado, na sua crescente privatização, e na diminuição dos espaços de interesse público em detrimento de sua função social.

Diante desse contexto, busca-se fazer a analogia da cidade mercado e da cidade fragmentada, admitindo uma adequação maior desse termo ao nosso esforço de pensar o Recife, pois:

Fragmentação implica que um todo foi dividido em partes, cortado em pedaços, sem deixar, em absoluto, de existir. A metrópole, do ponto de vista da produção e da apropriação humana do território, é um todo constituído de partes (*fragmentos*) claras e diferentemente caracterizáveis. É possível identificar as partes, recorrendo-se a um estudo morfológico do tecido urbano metropolitano, capaz de individualizar as porções desse tecido, a partir dos diferentes padrões de ocupação do solo, ou seja, dos diversos artefatos, que constituem a estrutura urbana. A metrópole é, portanto, uma *unidade na diversidade* (LACERDA, 2010, p.9)

Destarte, entender o conceito de fragmentação, responde a urgência de não aceitar o significado de uma cidade dual, e, ainda mais, é admitir que apesar das metrópoles atuais, globais, terem uma forte diferenciação multidimensional a fragmentação delas não é um processo tão novo advindo desse fluxo de globalização econômica. Afinal, as cidades apresentam-se fragmentadas, desde o período colonial (no caso das cidades da América Latina).

Assim, trazendo a abordagem para o Recife, cidade esta que, como exposto, mostra-se arraigado a sua identidade a dicotomia dos conflitos na utilização do solo, trazendo repercussões de ordem paisagística e, mostrando-se, portanto, num “mosaico confuso”, onde áreas pobres estão encravadas em áreas valorizadas da urbe, (o que levou a institucionalização, em 1983, das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, perante lei municipal, fornecendo subsídios legais de permanência por ocupações de populações de baixa renda), sendo nesse caso o território recifense mais espacialmente fragmentado do que as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Logo, adverte-se que tais fragmentações, partindo da premissa estudada, são mais evidenciadas e problematizadas a partir do viés que a cidade toma nos preceitos que a colocam como cidade mercado.

Considerações finais

O processo de modernização da cidade do Recife apresenta grandes contradições, gerando desigualdades e formas de fragmentações. Essas transformações urbanas que tem

induzido mudanças sociais e ambientais intensas estão longe de superar as disparidades existentes na cidade, portanto, mormente aprofundam as mazelas sociais na urbe.

Assim, este trabalho propôs analisar como, mais uma vez, um projeto que tem como intuito a modernização da cidade, apresenta um caráter multifacetado. Logo, teve-se como objetivo a partir dos estudos que analisam as práticas das cidades dentro dos preceitos do empresariamento urbano, compreender, como as intervenções urbanas direcionadas a cidade do Recife, mostram-se vinculadas a tais preceitos. Assim, tomou-se como exemplo o Projeto Via Mangue, dando um recorte mais específico ao bairro do Pina, onde os interesses privados de cunho especulativo está se dando de forma acelerada e dinâmica.

Dessa análise, pensamos então deixar evidente que, dentro do movimento global que as cidades vivenciam onde a prática comumente aplicada se dá da concorrência intercidades com intuito de captação de recursos e investimentos privados, acarretando em disparates de ordem sócio, ambiental e econômico, os processos fragmentadores são mais acelerados. Tais processos, deste modo, mostram-se, muitas vezes – mesmo que estes respeitem os ditames legais – ilegítimos pois desconsideram (no caso recifense) a construção história dos assentamentos da população pobre no alagados da cidade.

É diante, desta perspectiva de “destruição criativa”, como cita David Harvey no seu livro *Condição pós-moderna* (1993), que a voz dos habitantes mais fracos, porém formadores da força de trabalho da cidade, é renegada em face de projetos modernizantes empreendidos pelo governo em favorecimento ao capital. Desta forma, acreditamos que esta discussão não deve se restringir apenas ao meio acadêmico ou aos que estão sendo lesados neste processo, mas à sociedade em geral, pois, a cidade é o espaço, o cenário, o lugar, o lócus de todas as identidades, sejam elas as dominantes ou as mais fragmentadas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R.C.B. 2007. *As praias e os dias*. Recife, Ed. Fundação de Cultura da Cidade do Recife

BEZERRA, O. G. 2000. *O manguezal do Pina: a representação sócio-cultural de uma paisagem*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BITOUN, J. 1993. Centro Histórico e Identidade Cultural. In: Recife, Cidadania e Revitalização. Memória do Seminário. Recife, Ed. Inojosa

CASTRO, J. 2007. Homens e Caranguejos. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira

CARLOS, A. F. A. 1994. Os Caminhos da Reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo, Ed.USP

CAVALCANTI, D. U. C. 1965. Alagados, Mocambos e Mocambeiros. Recife, Ed. Imprensa Universitária

CAVALCANTI, H.; AVELINA, E. 2008. Mosaico urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental. Recife, Ed. Massangana

HARVEY, D. 1993. Condição pós-moderna. São Paulo, Ed. Loyola

_____, D. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64

JÚNIOR, X. S. de S. de S. 2001 *Os atores sociais na organização sócio-espacial do bairro do Pina Recife-PE (Convergência e Dissilência)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LACERDA, N. 2011. Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: 54 ICA [Online], Disponível em: <http://ica2012.univie.ac.at/pdf> [Acesso em Agosto de 2012]

LACERDA, N.; LEITÃO, L.; P. A. de QUEIROZ. 2010. Legitimidade espacial: uma discussão sobre mutação e permanência das estruturas espaciais urbanas. In: *Revista EURE* [Online], v.36. n°107, p.109-122, abril de 2010, Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v36n107/art06.pdf> [Acesso em: 10 de dezembro de 2011]

LEAL, S. 2011. Papel dos Agentes Econômicos na Governança das Metrôpoles Brasileiras: Inovações e Impactos Territoriais dos Grandes Empreendimentos Imobiliários. *In: XIV Enanpur*, maio de 2011 [Online] Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT2-779-363-20110104174505.pdf>

MELO, M. L. de. 1940. Pernambuco: Traços de Sua Geografia Humana. Recife, Ed. Gráfica Jornal do Comércio

OLIVEIRA, M. P. de. 2007. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania *In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, Ed. Lamparina

SANCHÉZ, F. 2004. PRODUÇÃO DE SENTIDO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004

SANTOS, M. 2007. Espaço do Cidadão, EDUSP, São Paulo, 2007